

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 30 dias do mês de abril de 2021, às 14h13min, foi realizada a **63ª Reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, através do aplicativo “Microsoft Teams” e transmitida ao vivo para a população em geral pelo serviço de streaming (YouTube) disponibilizado no site da CMPU (Reuniões 2021), nos termos da Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. **01**) O Sr. Presidente, Cesar Azevedo iniciou a reunião às 14h13min, com a leitura da pauta pela Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca, a saber: **1.** Comunicações Gerais; **2.** Definição dos membros para vaga no FUNDURB; **3.** Validação da alteração de representantes na CTLU; **4.** Apresentação do cronograma de trabalho de revisão de PDE. **02**) Foi dada a posse dos(as) Conselheiros(as), na qualidade de representantes dos órgãos públicos, de acordo com a Portaria SGM 128, de 27 de abril de 2021, a saber: I – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, Cesar Angel Boffa de Azevedo (Secretário/Presidente), José Armênico de Brito Cruz (Secretário Adjunto), Roberto Augusto Baviera (Chefe de Gabinete), Rosane Cristina Gomes (Titular), Maria Fernanda Penha Machado (Suplente), Heliana Lombardi Artigiani (Titular), Pedro José Botani (Suplente), Maria Tereza Gomes da Silva (Titular), Luis Oliveira Ramos (Suplente); II – Secretaria de Governo Municipal – SGM, Vivian Satiro de Oliveira (Titular), Tatiana Regina Rennó Sutto (Suplente), Tarcila Peres (Titular), Marc Bujnicki Zablith (Suplente); III – Secretaria Municipal de Justiça – SMJ, Eunice Aparecida de Jesus Prudente (Titular), Maria Lucia Palma Latorre (Suplente); IV – Secretaria Municipal da Fazenda – SF, Guilherme Bueno de Camargo (Titular), Renata de Andrade Leal (Suplente); V – Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB, Ana Carolina Nunes Lafemina (Titular), Rode Felipe Bezerra (Suplente); VI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, Ana Claudia Carletto (Titular), Juliana Felicidade Armede (Suplente); VII – Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, Elisabete França (Titular), Orlando Lindorio de Farias (Suplente); VIII – Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – SMT, Patricia Silva de Araujo Santos (Titular), Michele Perea Cavinato (Suplente); IX – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, Marcos Monteiro (Titular), Rosângela Veríssimo Da Costa Sartorelli (Suplente); X – Secretaria Municipal do Verde e

do Meio Ambiente – SVMA, Eduardo de Castro (Titular), Tamires Carla de Oliveira (Suplente); XI – Secretaria Municipal de Cultura – SMC, Ingrid Soares Santos (Titular), Taís Ribeiro Lara (Suplente); XII – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo – SMTE, Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot (Titular), Julia da Motta (Suplente); XIII – Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia – SMIT, Paola Rivatto da Silva (Titular), Renata Vital de Avila (Suplente); XIV – São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo, Larissa Garcia Campagner (Titular), Francisco Roberto Arantes Filho (Suplente); XV – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB, Alexandro Peixe Campos (Titular), Sylvania Ammar Forato (Suplente); XVI – Macrorregião Norte 1: Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, Jaçanã/Tremembé e Santana/Tucuruvi, Dario José Barreto (Titular), Fernando Martins Salles (Suplente); XVII – Macrorregião Norte 2: Subprefeitura Perus, Pirituba/Jaraguá, Freguesia/Brasilândia e Casa Verde /Cachoeirinha, Luciana Torralles Ferreira (Titular), João Joventino Bezerra Neto (Suplente); XVIII – Macrorregião Oeste: Subprefeitura Lapa, Pinheiros e Butantã, Caio Vinicius de Moura Luz (Titular), Leonardo Sampaio Pangardi (Suplente); XIX – Macrorregião Centro: Subprefeitura Sé, Marcelo Vieira Salles (Titular), Rodolpho Furlan Domingues (Suplente); XX – Macrorregião Leste 1: Subprefeitura Mooca, Penha, Aricanduva/Formosa/Carrão, Vila Prudente e Sapopemba, José Rubens Domingues Filho (Titular), Abner Inácio da Silva (Suplente); XXI – Macrorregião Leste 2: Subprefeitura Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaim Paulista, Itaquera, Guaianases, Cidade Tiradentes e São Mateus, Lucas Santos Sorrillo (Titular), Paulo Gilson Nascimento Cardoso (Suplente); XXII – Macrorregião Sul 1: Subprefeitura Vila Mariana, Jabaquara e Ipiranga, Adinilson José De Almeida (Titular), Rodrigo Bagnatori Ribeiro (Suplente); XXIII – Macrorregião Sul 2: Subprefeitura Santo Amaro, Cidade Ademar, Campo Limpo, M’Boi Mirim, Capela do Socorro e Parelheiros, João Paulo Lo Prete (Titular), Silvio Ricardo Pereira dos Santos (Suplente). Após o Presidente dar a posse aos Conselheiros e Conselheiras a que se refere a Portaria SGM 128, de 27 de abril de 2021, agradeceu a todos os Secretários e Secretárias, Presidentes de Empresas, Subprefeitos e Subprefeituras que receberam o convite da incumbência do Prefeito de fazerem parte dessa reunião, aproveitando para dar boas-vindas, destacando que isso mostra a importância que o Prefeito tem dado para este ano na discussão de todos os assuntos de Política Urbana na Cidade, ressaltando que

isso vem enriquecendo ainda mais este processo, com mais peso e força a este Conselho

03) Em seguida, a Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca, deu ciência da Resolução SMULATECC.CMPU/003/2021, referente à criação da Comissão Interna para a revisão do Regimento Interno; do recebimento do e-mail do Conselheiro Senhor Eduardo Della Manna, contendo o questionamento sobre a previsão de publicação do Decreto Municipal com a indicação de áreas de influência do eixo Linha 17 - Ouro do Metrô; e da Carta de Renúncia da Conselheira Titular da Associação Comercial de São Paulo - ACSP, Sra. Larissa Garcia Campagner; **04)** A Conselheira titular, Viviane Manzione Rubio, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, inicialmente, apresentou uma questão de ordem e solicitou que a mesma constasse no extrato, no que diz respeito aos Conselheiros Participativos não nomeados ainda no CMPU, os quais participam por vezes na reunião, informalmente, de modo que então há um desequilíbrio da composição do Conselho no que concerne a participação da Sociedade Civil. Acresceu que foi bom ter constado já nos "Comunicados Gerais" a discussão sobre o regimento interno, pois gostaria de aproveitar a presente reunião para agendar a reunião da Comissão Interna para discussão do Regimento Interno, com a revisão da participação do Conselho; destacou que, por vezes, têm sido convidados a apresentações de planos e resoluções, etc, mas não tem sido consultados como deveria acontecer. **05)** O Convidado, Maurício Ramos de Oliveira, pediu também que sua fala constasse no corpo da Ata e considerou a participação dos Conselheiros Participativos Municipais - CPM como prejudicada pelo fato de, a dois meses terem sido indicados pela Secretaria de Relações Institucionais - SERES, e a Coordenação não apresentou nenhuma resposta até o momento, prejudicando a participação uma vez que ainda não foram nomeados e privando da possibilidade de disputar as vagas do FUNDURB, CIMPDE e outros órgãos que deveriam ter direito a uma cadeira, caso quisessem se candidatar; em seguida, realizou as seguintes indagações: os membros do CPM já foram indicados para o CMPU? Caso a resposta seja negativa, as reuniões poderiam continuar a ser feitas com o quadro da CMPU incompleto? posto que, a seu ver, embora eles estejam presentes nas reuniões, não possuem o direito ao voto, pela falta da nomeação; é possível nomear as pessoas para outros conselhos, sendo que o quadro está incompleto? Por fim, disse que diversos colegas o questionaram sobre quando poderão participar das reuniões. **06)** O Conselheiro titular, Edilson Henrique Mineiro, do Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra – Leste 1, pleiteou também que sua fala constasse do extrato e em continuidade a fala da, Conselheira Viviane Manzione Rubio, disse que de seu ponto de vista, o CMPU é o órgão central no processo participativo de monitoramento, avaliação e discussão da Política Urbana e do PDE, especialmente no que tange o artigo 327 do PDE, onde diz, explicitamente, que a Sociedade Civil tem direito a representação em número superior, inclusive, a própria representação do Executivo; destacou que, objetivamente, dos sessenta Conselheiros, trinta e quatro são da Sociedade Civil e vinte e seis do Poder Executivo, de modo que, a ausência dos representantes da Sociedade Civil do Conselho Participativo prejudicam a participação da sociedade, pois perde aquela prerrogativa que foi conferida pelo próprio PDE; interpretou que, o PDE, ao definir que a Sociedade Civil terá uma participação numericamente superior ao Executivo, objetiva justamente buscar garantir que haverá alguma isonomia na participação da Sociedade Civil; considerou que, enquanto a Administração Pública dispõe de uma série de recursos para poder participar desses debates, a Sociedade Civil não tem esses mesmos recursos, o que seria, de certa forma, compensado, por meio de uma composição numericamente majoritária para que garanta a possibilidade de gerar algum equilíbrio nos debates em vez de ser simplesmente a posição da prefeitura; em seguida, fez referência ao artigo 325, IV do PDE, que prevê que o CPM deve fazer as suas indicações, no debate da Política Urbana até o mês de maio de cada ano e, em referência a fala do Convidado Maurício Ramos, afirmou que sem a indicação desses Conselheiros ocorre um claro prejuízo à atuação dos CPM's; desta forma, tendo em vista que considerou como problemas possíveis de serem solucionados, e de interesse da própria administração solucioná-los, reforçou a questão de ordem colocada pela Conselheira Viviane Manzione Rubio e sugeriu a possibilidade de suspensão da reunião para correção dessas irregularidades e, somente em seguida, fazer a reunião do CMPU, dando a sociedade civil aquilo que ela tem direito que é a participação em condições iguais, isonômicas, no processo de debate da revisão; solicitou que o Poder Público se manifeste em relação a essa demanda, ou seja, que regularize a representação dos Conselhos Participativos e, somente então, realize a reunião. 07) A Conselheira titular, Danielle Cavalcanti Klintowitz, do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - PÓLIS, reforçou a fala dos Conselheiros que a antecederam e sobre à questão de ordem; acrescentou que a nomeação do Poder Público realizada na presente reunião piorou a situação da

Sociedade Civil no CMPU, porque diminui a paridade, já que há nomeados todos os membros das Subprefeituras, da Prefeitura, mas não da Sociedade Civil, o que reduz a isonomia, como dito pelo Conselheiro Edilson Mineiro, e considerou a paridade da participação como prerrogativa da lei máxima urbanística que é o PDE, como também citou o Conselheiro Edilson Mineiro, que fez referência ao artigo da Lei; corroborando com outros Conselheiros que se manifestaram anteriormente, solicitou ao presidente a interrupção da reunião, por entender estar ocorrendo de forma irregular, e deveria ser adiada, por compreender que o assunto quarto da pauta como fundamental ao Conselho, que é a revisão do PDE, prevista no artigo 4º da Lei para que ocorra em 2021; reafirmou a necessidade de interrupção da reunião, até que essas irregularidades sejam sanadas, pois a reunião pode ser questionada facilmente de outra maneira, além de compreender ser perda de tempo do Secretário, da Secretaria Executiva e dos Conselheiros presentes; pediu que a Prefeitura resolva os problemas destacados rapidamente, e que sejam nomeados os membros do CPM, tendo a prerrogativa de gênero que não estava sendo cumprida, para que seja possível continuar com os trabalhos do CMPU, especialmente por considerar que os adiamentos como corretos, porque os trabalhos têm sido adiados, correntemente, por erros nos ritos de Convocação ou de paridade, agora deste Conselho, o que prejudica muito o trabalho deste Conselho e da Cidade. E finaliza agradecendo a oportunidade de falar. **08)** O Presidente, agradeceu os apontamentos dos Conselheiros e Conselheiras, e disse que essas colocações estarão registradas em Ata; esclareceu que as nomeações são um problema que existe faz um tempo, desde quando houve a eleição, e o problema apareceu quando fora observado que não estava sendo atendida a paridade prevista pela Lei nº 15.546/13, fato que ocorreu faz alguns meses, e segue para além deste ano; buscou tranquilizar os Presentes informando que, após a primeira reunião do ano, houve manifestação da área jurídica a respeito desse problema, uma vez que os (as) Conselheiros (as) foram democraticamente eleitos (as); informou que, para atender ao impasse, o processo de encaminhamento foi enviado para o jurídico que devolveu com duas alternativas: ou seguir com a nomeação, mesmo, da forma como indicada e, com o passar das reuniões, paulatinamente, a equação equilibrar-se-ia, ou deveria ocorrer o chamamento de um novo edital; a alternativa seguida foi encaminhar a decisão final para a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (Coordenação de Políticas para as Mulheres), para emitir um parecer sobre a questão, e a expectativa é de que até a

próxima semana tenha uma posição definitiva; destacou que o compromisso da Secretaria é respeitar toda a legislação vigente, pela regularidade e legalidade de todos os processos e, inclusive, as indicações do Poder Público respeitam a paridade, contendo mais Conselheiras do que Conselheiros. E então disse que, com relação ao apontamento e a preocupação da nossa Conselheira de que, de repente, nós estaríamos desrespeitando a paridade, isso já foi superado. **09)** A Conselheira suplente, Renata Esteves de Almeida Andretto, da Associação dos Amigos e Moradores pela preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança - Assampalpa, com a palavra, parabenizou o Secretário pelas suas últimas palavras, sobretudo, com relação ao respeito à participação da Sociedade Civil, todavia, chamou a atenção para que a compreensão de que a participação da Sociedade Civil antecede a tudo e não é subsequente a qualquer ato; destacou que a participação da Sociedade Civil na revisão do PDE não é uma opção do Poder Público, ou espécie de favor, mas um direito e uma garantia constitucional; prosseguiu agregando as falas anteriores dos Conselheiros que a antecederam a falta da participação da Sociedade Civil no CMPU e no processo em torno da revisão do PDE, que se configura não como um erro formal, mas material, o que compromete a substância, o conteúdo, inteiramente de todo o processo, e que, de seu ponto de vista, evidentemente, como o Secretário sabe, tal ocorrência se encontra sob pena de responsabilidade constitucional do Chefe do Poder Executivo e demais agentes públicos que estiverem operando exatamente nesse procedimento e, para que isso não vicie esse processo, reiterou o pedido das falas anteriores para que a reunião seja suspensa; fez referência a fala do Secretário sobre ser uma preocupação da sua secretaria, inclusive, encaminhada para o setor jurídico com uma possível manifestação na próxima semana; em seguida, afirmou que se trata do pleito da Sociedade Civil, especificamente do setor da Associação dos Bairros, de que a sessão fosse suspensa para que a secretaria regularize e saneie a questão para que a representação pelos Conselheiros Participativos seja concretizada e que eles venham a integrar o CMPU, na forma da lei, para que só e só assim esteja garantida a participação social para o início destas conversas, nos termos da Constituição, Estatuto da Cidade, Lei Orgânica do Município e PDE e finalizou agradecendo. **10)** A Conselheira titular, Simone Gatti, do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo - IAB-SP, registrou a seguinte mensagem no "chat", que foi lida pela Secretária Executiva: " O IAB endossa o posicionamento dos companheiros. Há um grande prejuízo no processo participativo pela

não nomeação dos conselheiros participativos, o que colocará a sociedade civil em paridade comprometida nesse conselho. Reitero a importância de reiniciarmos essa reunião (sic) após a posse dos conselheiros participativos para que o debate possa seguir sem questionamentos. E finaliza, agradecendo e assinando a manifestação. **11)** O Conselheiro Henrique Edilson Mineiro, pediu a palavra novamente para ressaltar que conste da ata de forma expressa que as questões de ordem foram negadas, isto ficou implícito, mas acha importante que fique de forma explícita que as questões foram apresentadas, mas que houve um entendimento que elas não eram procedentes. **12)** O Presidente prosseguiu dizendo que todas as questões de ordem e falas constarão em Ata para que isso fique registrado e documentado, com transparência, como é feito em todas as reuniões; afirmou também que o compromisso dessa gestão é com a legitimidade do processo e dos demais atos da Prefeitura, que segue com responsabilidade com a coisa pública; quanto a questão de ordem levantada pelos Conselheiros, informou que a Secretaria está resolvendo esse problema, que persiste faz alguns meses, o que, no entanto, nunca fora um fato impeditivo para a continuidade e realização das reuniões anteriores, motivo pelo qual a questão de ordem estará registrada, e solicitou a continuidade ao próximo item da pauta. **13)** A Secretária Executiva prosseguiu com o segundo item da pauta referente a vaga no Conselho Gestor do FUNDURB, para definição de qual das duas conselheiras inscritas, Sandra Ramalho, inscrita na 62ª Reunião Ordinária, e Viviane Manzione Rubio, inscrita por e-mail, para participar do mandato no FUNDURB, passando a palavra para que as Conselheiras se apresentassem. **14)** A Conselheira titular, Sandra Ramalho, do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, cumprimentou a todos e, antes de se apresentar, destacou que a reunião deveria ser suspensa por causa dos problemas dos participantes, não sabe se isso vai prejudicar essa consideração para os nomes para o FUNDURB; em seguida se apresentou dizendo: “Eu sou uma pessoa com deficiência, sou cadeirante, faço parte do CMTT e coordenadora da Pastoral da Pessoa com deficiência e gostaria, claro, de representar o CMPU, mas acredito que por conta da situação, desta reunião, essa posição possa ser adiada, devido a situação dos participantes. Obrigada”. **15)** O Secretário ponderou então que o item da pauta a ser deliberado era sobre a posição e/ou aceite do Fundurb e então entendeu que a Conselheira Sandra abriu mão sobre falar da sua posição. **16)** Na sequência, com a palavra a Conselheira

Viviane Manzione Rubio destacou que ambas as Conselheiras podem cumprir um papel importante no Conselho a respeito do debate sobre os investimentos dos recursos do FUNDURB, disse: “Os conselheiros discutiram, pediram uma posição, e eu me coloquei à disposição para participar como conselheira e membro do FUNDURB; eu tenho uma atuação como professora hoje no curso de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, mas tenho uma carreira aí de luta por moradia digna, fui coordenadora de projetos de urbanização de favelas em Osasco, Rio de Janeiro, São Paulo, enfim; então, eu acredito que tenha condições de debater os usos dos recursos e neste momento de revisão do PDE é importante se discutir, mas se for de consenso do conselho que eu ocupe a vaga, está perfeito, mas não há uma disputa na verdade, ambas somos perfeitamente (sic) temos condições de participar deste conselho.” **17)** Então, na sequência, a Secretária Executiva após apresentações, perguntou se teria um consenso entre as duas inscritas para uma abrir mão da vaga, e caso não houvesse, a escolha seria colocada em votação. **18)** Em nova manifestação, o Conselheiro Edilson Henrique Mineiro indagou se a questão preliminar sobre a regularidade da reunião prejudica o andamento da pauta, pois, de seu ponto de vista, a reunião não poderia acontecer por conta desta irregularidade, o que impossibilitaria a realização de votações, isto é, uma reunião a qual o procedimento é inadequado, irregular e ilegal; compreendeu que a indicação de resposta negativa a questão de ordem prejudica o andamento da discussão da pauta e sugeriu que considere as apresentações das Conselheiras indicadas à representação no FUNDURB, mas que adie a votação da escolha para um momento posterior, quando houver uma previsão de como fazer a escolha no Regimento Interno, por não se recordar haver um detalhamento legal de como a escolha é realizada. **19)** O Conselheiro titular Lucas Santos Sorrillo, da Subprefeitura, MACRORREGIÃO LESTE 2, com a palavra propôs para que a reunião não ficasse maçante, tendo em vista a participação de muitos munícipes ouvindo e participando da reunião pelo Youtube que houvesse um limite de tempo na fala dos Conselheiros para não deixar de ouvir e prejudicar a participação popular. **20)** A Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto verificou, no chat, que o Secretário havia respondido que as solicitações de registro no extrato da ata iriam constar na ata, o que a levou a solicitar que sua manifestação constasse no extrato da ata, aquele publicado no Diário Oficial; como justificativa, afirmou que o material dessa reunião é muito importante para a Sociedade Civil; em seguida apoiou a fala do

Conselheiro Edilson Mineiro, ao considerar não ser possível prosseguir com qualquer tipo de deliberação, por conta da reunião, a seu ver, estar prejudicada por um erro grave, porque entendia como vício insanável, mas que compreendeu que o Presidente não possuía a intenção de sanar na presente reunião, referido vício, por meio de sua suspensão, motivo que a levou a reiterar o protesto por esta opção; compreendeu, respeitosamente, que o Poder Executivo não possui condição legal e constitucional de prosseguir numa reunião do CMPU, Conselho que está regido por um dos mais altos princípios constitucionais que é da gestão participativa da cidade, com um vício tão grave quanto este, razão pela qual registrou seu pedido para que esta Secretaria e, se dirigindo ao Presidente reconsidere a decisão do que chamou de melhor espírito de regularidade e de obediência do princípio da legalidade e dos princípios que norteiam a gestão participativa. **21)** O Presidente esclareceu que haveria o registro no extrato da ata. **22)** A Conselheira titular, Maria Tereza Gomes da Silva, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, explanou sobre esta questão específica dos membros do CPM, como o Presidente adiantou, considerou ser uma questão que advém desde o ano passado, esta questão relacionada a indicação dos conselheiros, afirmou ser uma parte importante da representatividade da Sociedade Civil que precisa ser respeitada e por isso foi solicitada uma manifestação do órgão técnico responsável, na prefeitura, pelo cumprimento e por dirimir questões relacionadas à Lei nº 15.946/2013 que fala sobre a paridade de gênero nos conselhos de controle social; afirmou acreditar que esta questão possa ser resolvida, apesar de ser uma questão que já vem de outras reuniões nas quais, possivelmente, tiveram deliberações; considerou que a presente reunião se configura como um início da questão da revisão, da apresentação do Secretário e demais assuntos, o que não significa que a participação será feita, exclusivamente, na reunião presente, de modo que afirmou acreditar que é possível prosseguir com a reunião com a apresentação, e debates, até que esta discussão possa fluir no CMPU; considerou como uma obviedade que, do ponto de vista jurídico, a participação deve ser garantida, vista na representatividade da Sociedade Civil na presente reunião; informou que o processo participativo durará o ano todo, inclusive, toda a participação no âmbito do Conselho, além de haver a proposta de constituição de uma comissão interna do CMPU para acompanhar o processo participativo; por fim, destacou que, como é o momento inicial de apresentação, que sua opinião é de que seria

possível prosseguir com a reunião. **23)** A Conselheira titular, Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste, iniciou sua fala dizendo ser moradora do Jaraguá e que gostaria de reforçar que quando os representantes da Sociedade Civil participarem da reunião, significa dizer que é para ela participar e ser ouvida e ter resposta ao que foi pedido, ao que foi solicitado; depois teve uma questão de ordem de alguns Conselheiros e não foi respondida e a reunião continuou, mesmo assim; depois houve a indicação das duas Conselheiras, cuja apresentação foi feita e considerada, mas quando retornar a seu bairro no Jaraguá, deve levar as respostas para as pessoas que moram no bairro e, de seu ponto de vista, quando ocorre a participação nos Conselhos, que é participativo, deve levar resposta para as pessoas que representa; de modo que lhe parece, referindo-se, aos representantes da Sociedade Civil que eles (as) devem trazer resposta para as pessoas que representam e afirma que o fará, dizendo para eles que não está tendo resposta porque não estão sendo ouvidos e estão sendo prejudicados, de modo que parece que o Conselho é um lugar onde os Conselheiros assinam a presença e retiram-se e não tem outra forma e continuará sendo assim; afirmou ser um discurso diferente do que é pregado, o discurso é que a Sociedade Civil pode participar e que será ouvida, e, deliberar, mas quando chega na hora e colocamos algumas posições essas parecem estar sendo desrespeitadas, enquanto Sociedade Civil; considerou ser descabida a continuidade da reunião; a Conselheira ressaltou ainda que as regras não estão sendo seguidas, e que não está sentido-se respeitada enquanto pessoa e munícipe desta Cidade e que quer ser ouvida e ter o direito de participar e está pedindo que o Secretário de resposta a questão de ordem para que possa continuar no debate. E, finaliza dizendo que não está desrespeitando ninguém, referindo-se diretamente ao comentário feito por Fernando, e que está apenas pedindo ao Secretário que dê respostas à questão de ordem para que possamos continuar no debate, reforçando que de maneira nenhuma quis ser grosseira nem com o Secretário nem com o Fernando, mas que cobram as questões porque não estão vendo respostas e do mesmo jeito que está lhe respeitando pede que o Sr. Fernando também a respeite, pois nem a conhece. **24)** O Presidente esclareceu que, como na reunião passada, foi apontada a questão de ordem referente ao problema de prazo na convocação da reunião por conta dos feriados, por isso acabou-se suspendendo a reunião e remarcando, respeitando o prazo; destacou que está acompanhando este problema, o

qual já era algo sabido há algum tempo que está sendo trazido agora à mesa, ponderando que mesmo assim houve reuniões e nunca foi algo prejudicial para que o Conselho se reunisse e as reuniões acontecessem; observou que da mesma maneira que foi feita na reunião passada há quem defenda o adiamento até que se resolva esse problema de indicação dos conselheiros que foram eleitos já que não foi observado o que diz a Lei nº 15.946/2013, mas também tem -se posicionamentos no sentido de que não há prejuízo de ser dada continuidade à reunião, uma vez que é apenas uma das reuniões que vamos ter durante o ano, não é a única reunião e que, portanto, não haveria prejuízo que se desse continuidade, mas iria propor uma votação pela continuidade ou não da reunião.

25) A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz pediu, novamente, a palavra para manifestar-se sobre uma nova questão de ordem, e a iniciou afirmando que a Sociedade Civil entendeu que a reunião continuará, à sua revelia, independentemente de todas as manifestações que foram feitas pela Sociedade Civil; considerou como acintoso à Sociedade Civil seguir a proposta de votação do representante do FUNDURB, bem como ainda com relação a votação para decidir se a presente reunião deverá ou não continuar, frente a discussão girar em torno da paridade entre a Sociedade Civil e o Poder Público, isto é, em razão de haver maioria do Poder Público, inclusive, com a nomeação de, hoje, de mais dezoito membros do Poder Público; registrou seu pesar por precisar realizar a presente fala ao Conselho, que tem anos e que tem garantido a participação, mas que considerou estar sendo cerceada cada vez mais a participação da Sociedade Civil; considerou como não válido o argumento de manter as reuniões com os problemas discutidos, em razão da importância das pautas, como a de decidir qual conselheiro representará o CMPU no fundo mais importante de desenvolvimento urbano da cidade e a discussão sobre o PDE; considerou ilegítima a não garantia da paridade para a Sociedade Civil, em qualquer que seja a reunião; fez referência ao PDE para afirmar que a participação tem que ser garantida em todas as reuniões e que o Poder Público não pode escolher qual reunião a Sociedade Civil terá paridade para participar ou não; e, por tal motivo, considerou que pedir a votação para representante do FUNDURB e para a manutenção da discussão, sem a paridade da Sociedade Civil, além de ser irregular, seria algo criminoso. **26)** O Conselheiro Edilson Henrique Mineiro, se dirigindo ao Presidente e a intenção de votação da primeira questão de ordem, apontou que ainda que haja uma segunda questão de ordem pendente, o julgamento da questão de ordem é uma matéria

privativa do presidente, passível ou não de ser acolhida; destacou que, em uma reunião em que a Sociedade Civil tem a presença minoritária e, o Presidente tendo o conhecimento de que o Poder Público possui a maioria na votação, interpretou como óbvia a tendência da maioria dos Conselheiros que representam o Poder Público em votar de acordo com os interesses do Poder Público; em seguida, registrou, em nome dos demais integrantes da Sociedade Civil, que discordam da realização da reunião e que irão se abster em razão do resultado da votação ser conhecido, previamente. 27) O Conselheiro suplente, Marc Bujnicki Zabliith, da Secretaria do Governo Municipal, afirmou inicialmente entender o anseio pela participação da Sociedade Civil, mas que, agora gostaria de ressaltar que em um Conselho como a CMPU, há diversas funções que vão além de votações; e considerando a agenda atual entende que a principal questão urbana que a cidade precisa discutir, nesse momento, é a revisão do Plano Diretor Estratégico que não vai depender de deliberação desse Conselho, pois será uma mera apresentação por parte da Prefeitura e, como a questão de ordem, aparentemente não tem condições de ser resolvida, neste momento, sugeriu a inversão da pauta, trazendo para frente a apresentação da revisão do PDE que é o que a sociedade quer e precisa ouvir, porque é a questão mais importante e que se houver tempo depois voltemos a discutir essa questão de ordem das votações ou, enfim, nos foquemos no que é mais importante que é o PDE. Agradeceu e finalizou sua fala. 28) O Conselheiro titular, Roberto Rolnik, da Associação dos Amigos e Moradores Pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança - ASSAMPALBA, após cumprimentar a todos e ao Secretário, afirmou estar muito impressionado com as falas que o antecederam porque vamos seguindo nessa reunião e pelo que entendeu o senhor mesmo, referindo-se ao Secretário, concordou que existe uma irregularidade na composição desse grupo, desse Conselho, o que o levou a indagar ao Presidente, somente para ficar claro para todos, se o Secretário acha que devemos seguir ou não nesta reunião, o que poderia ser respondido apenas com um sim ou um não, uma vez que o senhor mesmo concordou que existe uma irregularidade que é patente e presente. E pediu ainda que constasse na íntegra, no extrato da Ata, a pergunta feita, bem como a resposta do Presidente. 29) O Conselheiro suplente, Eduardo Della Mana, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - FECOMERCIO, após cumprimentar a todos e demonstrar todo o respeito que tem pelas falas dos(as) Conselheiros (as) que o antecederam,

especialmente, referiu-se às falas da “Dona” Julieta, Danielle, Renata, Simone e Edilson afirmou crer que eles não podem falar pela totalidade da Sociedade Civil que compõem o Conselho Municipal de Política Urbana, isto é, podem se manifestar, especificamente, pelas entidades que eles estão representando como Sociedade Civil no Conselho Municipal de Política Urbana; enquanto representante da Federação do Comércio, no setor empresarial, afirmou ser a favor da continuidade desta reunião; acrescentou que não concorda com a colocação do Marc Bujnicki Zablieth por crer que a pauta deveria avançar conforme proposta originalmente, particularmente, com relação aos itens 2 e 3 da pauta, por considerar como positiva a definição desses nomes, para o bom funcionamento tanto do Fundo Municipal de Urbanização quanto da Câmara Técnica de Legislação Urbanística. E finaliza sua fala agradecendo ao Presidente. **30)** O Conselheiro titular, Subprefeitura, Caio Vinicius de Souza Luz, da Macrorregião Oeste, após cumprimentar a todos afirmou compreender e respeitar as colocações contrárias a continuidade da reunião, mas avaliou que a motivação já fora esclarecida pelo Presidente, do Conselho, e que por tal motivo não poderia perder a oportunidade de discutir a pauta desta Reunião, em razão de não ser efetivo e a continuidade da discussão não depõe contra a participação popular, esse é apenas um dos tópicos e um dos encontros que temos e que o diálogo é sempre bem vindo e vem sendo explorado no grupo, e então entende que devemos prosseguir. **31)** Na sequência, após os debates o Presidente, com a prerrogativa de acatar ou não as questões de ordem, acolheu o posicionamento de retirar as matérias deliberativas da reunião, mais especificamente os itens da pauta referentes a deliberação da Resolução; definição dos membros para vaga no FUNDURB e a validação da alteração de representantes na CTLU; restringindo-se apenas, esta reunião, a apresentação que estava prevista, a respeito do processo e cronograma de revisão do Plano Diretor Estratégico, na forma como proposta pela Administração, uma vez que não haverá necessidade de votação, e então não há prejuízo nenhum e tão logo consigamos sanar essa pendência, frise-se, já de alguns meses, mas que não impediu que reuniões anteriores ocorressem convocaremos uma reunião extraordinária e a submeteremos novamente, para deliberações. E desta maneira, como bem colocou o Marc, acredita que todos ficarão contemplados. **32)** A Secretária Executiva prosseguiu com a pauta da reunião com a apresentação do cronograma de revisão do Plano Diretor Estratégico - PDE, a ser feita pelo Presidente. **33)** O Presidente iniciou a apresentação

contextualizando que esse ano de 2021 será preciso passar pela revisão do PDE. Destacou ainda o quorum desta reunião, bem como a qualificação do grupo que compõe o CMPU. E, na sequência, passou a discorrer sobre o PDE. Inicialmente, pontuou que o Plano Diretor Estratégico é regido pela Lei n.º 16.050/14 que tem uma vigência de 15 anos e no seu artigo 4º, parágrafo único, determina que o Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal uma proposta de uma eventual revisão do Plano Diretor no ano de 2021, a ser elaborado através de um processo, sempre de forma participativa. A ideia é aperfeiçoar os instrumentos de política urbana que já existem no PDE e com isso trazer maior ganho para a Cidade. De modo que dividimos as discussões, em 6 eixos, a saber: Meio Ambiente, Mobilidade Urbana, Habitação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Urbano. Essa divisão se dá para poder organizar as discussões e reuniões. A ideia é fortalecer ainda mais o que diz o Plano Diretor que é aproximar o emprego da moradia, esse é o DNA do Plano Diretor, o nosso norte e com isso reduzir as distâncias. Como um todo, o que propomos é tornar a Cidade de São Paulo uma cidade ainda mais inclusiva, conseguindo melhorar a vida das pessoas, sobretudo as pessoas que mais precisam do Poder Público. A Prefeitura, então, considerou esse processo dividido em fases. Em um primeiro momento (janeiro-março) houve o planejamento, algo que foi trabalhado, internamente; em um segundo momento (março-agosto) começamos a discutir um diagnóstico que é a elaboração de estudos para ver, eventualmente, o que, precisaria ou não ser ajustado no PDE; em um terceiro momento haverá a participação social (abril à dezembro) e por fim, a elaboração de uma minuta final de Projeto de Lei (novembro à dezembro) que será encaminhada à Câmara Municipal. Como se bem observa, uma fase não precisa ser encerrada para que seja iniciada a outra, elas se encontram e caminham juntas durante o ano inteiro e como o processo levará o ano todo é essa a ideia que foi planejada que é, na verdade, o processo participativo com toda a sociedade. Para que consigamos fazer esse processo de revisão a ideia, como o próprio Plano Diretor determina, é usar o monitoramento que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento tem feito do Plano Diretor, desde 2014, sendo que Planurb faz o monitoramento, o qual, inclusive, já está disponível na Plataforma Gestão Urbana, sendo que agora precisamos concluí-lo, porque ele está parcialmente disponibilizado, na plataforma, com a última entrega em dezembro. E para auxiliar nesse monitoramento, é preciso trazer novos cenários e levar em consideração o momento de

pandemia que vivemos, que ninguém imaginava, já que fomos todos surpreendidos pela pandemia, de modo que estamos elaborando um diagnóstico técnico para que possa auxiliar o monitoramento de Planurb. E o terceiro tripé desse processo é o chamamento público, que é a participação social, civil, nesse primeiro momento, motivo pelo qual no dia 10 de abril foi publicado o Edital de chamamento público onde estamos pedindo para que a Sociedade Civil organizada, as entidades, os institutos, academias, setor imobiliário, enfim, todos os segmentos que são organizados e que tem interesse em participar da discussão da revisão do Plano Diretor se cadastrem para que consigamos organizar as discussões, por segmento, e, ter uma agenda limpa e continua até o final desse processo de participação. Importante observar, todavia, que esse processo não pára por aqui, essa é apenas a primeira parte da participação social e a outra parte é a opinião popular, de todo paulistano, já que aqui estamos tratando de pessoas jurídicas e agora passamos a tratar de pessoas físicas, com um modelo de participação híbrido, portanto, usando ferramentas digitais e acreditando que no, segundo semestre, a pandemia estará mais controlada até com o avanço da vacinação para que consigamos fazer audiências presenciais, respeitando sempre todos os protocolos de segurança sanitária para que não coloquemos em risco a segurança sanitária da Cidade. De modo que a proposta é fazermos visitas regionais, audiências públicas. Já temos plataformas participativas, oficinas, “lives”, reuniões temáticas, sendo que tivemos por base aquilo que foi feito no processo de elaboração do Plano Diretor de 2014 e trouxemos, atualizamos e tentamos aumentar ainda mais a presença da Prefeitura na Cidade, de maneira geral, principalmente na periferia. Esse modelo híbrido não é uma inovação, isso já foi feito na elaboração do PDE em 2014, onde nas mais de 10.000 contribuições que a Prefeitura recebeu, 44% delas, ou seja, 4.400 contribuições vieram de plataforma digital, através da Gestão Urbana, isto é, já houve um sucesso a 7 anos atrás, de modo que imaginamos que o sucesso será ainda maior, agora, com os melhoramentos das plataformas digitais, do acesso à internet e pela popularização que teve essas ferramentas digitais. De modo que temos aqui uma proposta inicial de ações que conta com: 09 audiências públicas; 33 oficinas, “lives”, regionais; dentre outras, a totalizar 190 ações, na cidade inteira. O Presidente continua sua apresentação com um cronograma mais detalhado (que todos devem ter recebido) sobre as ações que estão sendo propostas, 28 itens até o item final que é o envio da proposta à Câmara Municipal, lembrando, sempre, que estamos

estimulando esse processo participativo, no qual haverá a participação social, mas ele não encerra-se aqui, depois de elaborada uma minuta final, se for o caso de se ter alguma alteração no PDE ele será encaminhado à Câmara Municipal e lá terá início um novo processo de participação social. A ideia que estamos desenhando de participação híbrida é justamente a de conseguir estar na periferia levando o acesso à internet, ainda mais nos lugares onde tem maior dificuldade de acesso à internet, com pontos fixos durante um período determinado de meses, de dias, onde estaremos lá com computadores, seja tablets, seja totens e funcionários, técnicos preparados para auxiliar e orientar as pessoas que tiverem dificuldade ao acesso a essas plataformas digitais. As instâncias de participação popular, dos Conselhos, dos Comitês que têm relevância, por isso é importante aqui todos conhecerem esse processo que está sendo proposto para o processo participativo, o mais importante deles, sem dúvida alguma, é o nosso Conselho, que é o CMPU, cuja função, por determinação legal, é monitorar o processo participativo. Evidentemente, que não é apenas monitorar, pode sugerir, participar também, mas a atribuição legal nossa é monitorar o processo. Temos, ainda, o Comitê Intersecretarial que está em fase de elaboração e já foi encaminhado ao Prefeito. Esse Comitê, cujo instrumento legal será dado através de uma Portaria do Prefeito, será constituído por um representante de, cada secretaria, para que possa haver uma entre as secretarias, do processo e de como está sendo a evolução dos estudos para contribuir com o processo participativo. E, por fim, temos o Comitê Técnico, sendo que, dentre alguns servidores da Secretaria, alguns foram selecionados para acompanhar, monitorar e também colaborar de uma maneira mais ativa e exclusiva com a revisão do Plano Diretor. Informou que as ferramentas digitais disponíveis são: 1. gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br que é uma ferramenta já conhecida por todos e usada em 2014, na elaboração do PDE, que continua ativa e funcionando e contém todo o histórico de elaboração do processo e contribuições, inclusive, com o monitoramento feito pela Secretaria e que também está disponível; 2. participemais.prefeitura.p.gov.br é a segunda ferramenta digital, através da qual são realizados os debates, ferramenta também utilizada em 2014, que contém todas as audiências e oficinas feitas pela Prefeitura, de maneira digital, portanto, sendo, pois, outra ferramenta de discussão, onde receberemos todas as participações, com toda a sistematização das contribuições e, do que venha a ser, a eventual alteração, se é que será preciso alterar o Plano Diretor; e 3. planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br, a terceira e

última ferramenta, essa sim criada, internamente, pelos funcionários da própria Secretaria, um serviço totalmente caseiro e feito de forma artesanal, criada, justamente para destacar o que é o Plano Diretor, explicar e poder levar ao conhecimento daquele munícipe não conhece o que é o Plano Diretor, e, qual a sua importância na vida de cada um de nós, dos paulistanos. De modo que essa última ferramenta está conectada e unificada com as outras duas, gestão urbana e participe mais, de modo que uma ferramenta leva a outra, na verdade são três ferramentas em uma. Nesse sentido, quisemos dar a esta última ferramenta um destaque, a fim de ela pudesse esclarecer melhor tudo aquilo que tem sido feito, todas as propostas, bem como o andamento das reuniões. De modo que, com esta apresentação, neste primeiro momento estamos propondo um levantamento de dados, estudos e informações com a Sociedade Civil para que possamos ter um diagnóstico, um extrato do que será possível e necessário, se for o caso, para propor de revisão, seja ela revisão para aperfeiçoar os instrumentos de Política Urbana previstos no Plano Diretor, seja para criar uma agenda nova, uma vez que temos uma novidade no cenário da Cidade, aliás, no cenário do mundo que é a Pandemia. Fato é que, outrora, nunca foi discutida a agenda de segurança sanitária, mas hoje temos a importância de levar essa discussão adiante a fim de, como sempre fazemos, tornar a Cidade de São Paulo mais segura para novas e eventuais pandemias que possam, por ventura, acontecer nos próximos anos até 2029. Pontua ainda que, neste ano, completamos 50 anos do primeiro Plano Diretor, o que considera ser “ironia e destino”, ao mesmo tempo, pois estamos diante de um momento de revisão, já que tivemos quatro planos diretores, anteriormente, mas nunca, antes, houve uma revisão do Plano Diretor, tampouco uma proposta de revisão destes planos como a que estamos fazendo, pois sempre que entrava uma gestão ela acabava com o plano Diretor que havia vigente e iniciava um novo. Contudo, aqui, todavia, a ideia é perpetuar o Plano Diretor que está em vigor, ao invés de elaborar um novo Plano Diretor A ou B, de modo a tornar o Plano Diretor da Cidade de São Paulo e tornar a vida do paulistano, daquele que mora na cidade, sobretudo do mais vulnerável, aquele que está mais distante da rede de infraestrutura, do serviço público, uma vida melhor. Fato é que a Pandemia tem sido ainda mais cruel para quem mora na periferia, temos visto que os números de mortes na periferia são maiores do que aqueles que estão nas regiões de melhor infraestrutura. De modo que politizar essa discussão, não fazer essa discussão, não favorece a Cidade, não

ajuda o mais vulnerável, muito pelo contrário, deixar a Cidade do jeito que está acaba sendo uma irresponsabilidade por parte de todos nós, principalmente, para aqueles que mais precisam da ajuda do Poder Público. Esse é o momento de rever as políticas habitacionais, políticas de mobilidade, políticas de meio ambiente, uma pauta que é extremamente importante ainda mais em decorrência da Pandemia, momento em que existe a necessidade de termos uma agenda ambiental ainda mais forte na cidade, o que torna ainda mais importante essa discussão, ante, o momento atual que vivemos. Evidente que, como esse primeiro momento, consiste no estudo, com o levantamento de dados, poderá ser necessária a revisão e correção de leis auxiliares e não necessariamente, diretamente, do Plano Diretor, mas isso é uma decorrência desse estudo e iremos tratar isso, não querendo “poluir” essa discussão aqui, trazendo assuntos referentes a zoneamentos e Código de Obras, pois a ideia é termos aqui uma discussão do desempenho dos instrumentos propostos pelo PDE. A ideia é essa, então vamos crer que, num segundo momento, a Pandemia estará controlada e, fazendo uma conta rápida, as pessoas acima de 60 anos que representam 70% dos óbitos derivados do COVID já estarão vacinadas e isso trará uma segurança e um controle maior do ponto de vista de segurança sanitária, de modo, então, a conseguir fazermos as reuniões presenciais, sempre respeitando os protocolos de vigilância sanitária. É indiscutível que não vamos transpor, tampouco quebrar qualquer bloqueio sanitário, mas ao mesmo tempo não estamos cruzando os braços e se escondendo atrás da Pandemia. Ao contrário estamos aqui propondo um debate com o Conselho e com a sociedade, de maneira geral, para que consigamos construir uma sociedade mais segura e uma cidade mais resiliente, ainda mais com o advento da Pandemia. E finaliza dizendo que era isso que gostaria de apresentar para os Conselheiros e agradecer a participação de todos os Conselheiros e Conselheiras, com um quórum “gigante” de participação, nesta reunião, o que ressalta ter sido um sucesso. Informa sobre o pedido de palavra de alguns Conselheiros e ratifica mais uma vez, conforme foi sugerido e acatado por ele e por todos que nada será deliberado nessa reunião. **34)** Encerrada a apresentação do PDE foram realizados novos debates entre os membros, abordando o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico e a viabilidade de sua efetivação no ano de 2021, em decorrência da Pandemia do novo coronavírus. **35)** A Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto, com a palavra, mais uma vez, diz que gostaria de se manifestar com relação a alguns pontos que foram colocados na

reunião, os quais merecem comentários. E, primeiramente, com referência a fala do Conselheiro Marc Zablith, afirmou que a representação da população não é um anseio, como mencionado pelo Conselheiro, mas sim uma garantia constitucional que é bem diferente de um anseio, pois, considerou anseio como uma vontade, enquanto que uma garantia constitucional é uma coisa insuperável, sem a qual, do que ela depende, não pode prosseguir, sob pena do que chamou de “vício insanável”; ainda fazendo referência a fala do mesmo Conselheiro, afirmou não se tratar de uma mera apresentação, mas de uma apresentação que está sendo feita para um Conselho Municipal de Política Urbana, que afirmou que deve ser constituído na forma absolutamente legal, nos termos do artigo 327 do Plano Diretor Estratégico, que cuja vontade popular, à época, seguindo a ordem constitucional e a ordem do Estatuto da Cidade, decidiu que o Conselho seria composto por trinta e quatro representantes da Sociedade Civil, cujos setores de atuação ele próprio indicaria; em referência a fala do Conselheiro Eduardo Della Manna, com muito respeito que por ele tem, afirmou ser inverídico que nessa reunião haja pessoas falando em nome de algumas associações, porque as pessoas que estão aqui presentes elas foram eleitas pela Sociedade, e, prossegue dizendo que, ainda, com o esclarecimento, muito oportuno do Edilson, lamentavelmente aqui falando só por esses segmentos, porque os outros representantes da Sociedade Civil, exatamente os Conselheiros Participativos estão, como disse a Danielle, Julieta e disseram muitos outros, aliados desta reunião de hoje por decisão, com todo o respeito, mas é preciso expressar do Senhor Secretário que com o apoio de alguns representantes do Governo e, a seu ver, especificamente, também do Setor da Construção Civil, que acham que a reunião deveria continuar acima da vontade dos demais representantes e sobre todos; considerou a irregularidade da presente reunião como insanável, e que a apresentação não pode ser considerada feita por conta da composição incompleta do CMPU, que não atende com a paridade obrigatória, constitucional e legal, de modo que os outros Conselheiros que aqui deveriam estar ouvindo esta apresentação para, a partir dela, fazer os comentários que bem entendessem, nos termos, inclusive, do estatuto da cidade, contudo, esses conselheiros não podem se manifestar aqui e para eles não foi apresentado nada; encerrou registrando que há nulidade absoluta desta reunião, inclusive, relativamente a essa apresentação. **36)** O Conselheiro suplente, Antonio José Braz, da Sociedade Amigos do Planalto Paulista - SAPP, após cumprimentar a todos diz que gostaria de reforçar o

aspecto sobre a leitura que fará para que conste na íntegra no extrato da Ata. Destacou que fora enviada uma Carta aberta há cerca de 45 dias, no dia 17 de março, pelo Movimento Defenda São Paulo, que tem como título “Carta aberta pelo adiamento da revisão do Plano Diretor Estratégico para assegurar a plena participação popular”, enviada ao prefeito, Bruno Covas, ao secretário Municipal de Governo, Rubens, ao César, Secretário de SMUL e ao Secretário Municipal das Subprefeituras, Alexandre, seguida de sua leitura integral: “Excelentíssimo Senhor Bruno Covas, Prefeito do Município de São Paulo, de acordo com o PDE em vigor no Município de São Paulo, sua revisão está prevista para ser feita neste ano de 2021; a ocasião é para a população da cidade apresentar seu diagnóstico: o que deu e o que não deu certo, e decidir sobre as correções necessárias; a legitimidade para discutir e decidir é da população, conforme diretriz constitucional disciplinada pelo Estatuto da Cidade; a gestão participativa da cidade, construção da nossa Constituição Cidadã, demanda ampla discussão em debates, audiências e consultas públicas, com a devida divulgação, publicidade e transparência; ocorre que a situação de emergência, e o estado de calamidade pública, decorrentes da pandemia do novo coronavírus, exigem medidas excepcionais para a proteção da coletividade; o distanciamento social e a proibição de aglomerações são requerimentos das autoridades de saúde e do Poder Público Municipal; Leis e Decretos foram editados desde 2019 para garantir provimento às recomendações dos especialistas; por enquanto essas medidas seguem sendo imperativas. Por conta do cenário atual, neste momento, não são viáveis as audiências públicas presenciais para garantir a ampla participação cidadã; as audiências pela internet seriam inviáveis e pouco democráticas. Pesquisas mostram que na cidade de São Paulo o acesso à internet ~~ainda~~ não é universal, principalmente entre a população mais vulnerável; neste grupo 25% das pessoas não poderiam acompanhar audiências online, segundo dados da Fundação Seade, agência de estatísticas do governo estadual, em parceria com o Cetic.br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação); fica claro, pois, que audiências públicas virtuais são exclusivas e não inclusivas, sobretudo para os cidadãos em vulnerabilidade social; neste contexto, a sociedade civil, comprometida com o processo participativo na sua dimensão constitucional e legal, entende que a Revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo deve ser adiada para ser iniciada quando cessarem a situação de emergência e o estado de calamidade pública, agora vigentes, e as

condições de reunião forem plenamente restabelecidas com total segurança sanitária para todos”; destacou que a carta foi assinada por cento e quatorze entidades, além da adesão de cerca de outras duzentas pessoas; ressaltou que uma carta semelhante foi encaminhada pelo IAB-SP e afirmou que a grande maioria dos Conselheiros que fazem parte do CMPU são signatários desta Carta; reforçou o comentário realizado pela Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto a respeito da fala do Conselheiro Marc Bujnicki Zablith, e considerou que não se está levando em conta que existe uma situação de fato, que é a pandemia, e se dirigindo ao referido Conselheiro, ressaltou que foram comentadas coisas que realmente não são prioridade, e deveria incluir a revisão do PDE, pois, a seu ver, a prioridade da periferia, como o senhor disse, Sr. César, é renda, trabalho e mobilidade; por tal razão que considerou necessário, neste momento, resolver esses problemas emergentes decorrentes da pandemia e que, logicamente, não estavam previstos pela legislação de 2014; e, portanto, para finalizar, reforçou a necessidade de garantir a participação das pessoas, uma vez que ficou claro, que os problemas técnicos enfrentados durante a presente reunião expressam a dificuldade das pessoas conseguirem demonstrar suas convicções, de forma transparente, e, portanto o senhor deve repensar esse assunto, com o devido cuidado, junto ao prefeito; sobre a apresentação realizada pelo Presidente considerou que cabe agora a população analisá-la para, e, em seguida, trazer as contribuições para a sua validação, mais precisamente, da metodologia que será discutida conjuntamente até chegar a um consenso, sendo o que precisa ser acertado, agora, é quando iremos fazer isso. **37)** Na sequência, o Presidente intervém dizendo que ainda há quatro inscritos para falar e segundo o regimento cada um falará no prazo de cinco minutos. **38)** Com nova contribuição, o Conselheiro Edilson Mineiro inicia sua fala fazendo uma pequena regressão a 2009, para lembrar um artigo publicado pelo então secretário de Desenvolvimento Urbano, na época, Sr. Miguel Bucalem que num debate parecido como o que estamos tendo registrou na folha de São Paulo o seguinte comentário: Havia muitas críticas de que o processo do plano diretor daquela época estava sendo feito de forma inadequada, sem a devida participação, e ele respondeu o seguinte: Para atender o prazo legal a proposta foi encaminhada pelo Executivo em outubro de 2007 estando sempre disponível a todos, inclusive, pela internet. Diferentemente do que sugere o artigo da ex-prefeita, a administração municipal vem desde 2005 implantando o plano diretor, em vigor. Aí ele

relaciona quantas audiências foram feitas, etc. e finaliza o artigo dizendo que não há pressa. O único propósito do Executivo é aprimorar o plano que já orienta importantes políticas públicas desenvolvidas pela Cidade e pode ser aperfeiçoado para atender ainda mais as necessidades. Veja bem isso em agosto de 2019. Havia um acordo da Secretaria e não havia oposição do setor imobiliário e em seguida a justiça julgou uma ação civil pública proposta pela sociedade e anulou o processo de revisão e determinou que o processo fosse reiniciado pela Administração, pela não observância do princípio da gestão democrática da cidade. Diz lembrar esse episódio prosaico da história da política urbana para dizer que esses episódios deveriam nos ensinar como proceder de modo a compatibilizar as nossas vontades como gestores com aquilo que a legislação determina, ou seja, com aquilo que a sociedade pactuou, nesse caso, na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e no próprio Plano Diretor da Cidade. O próprio plano diretor da Cidade não diz que é para fazer a revisão em 2021, mas sim que é para fazer a revisão 2021, participativa, para garantir que haja avanços sociais, avanços ambientais, etc. De modo que um plano que não mudasse coisa alguma não cumpriria o requisito da sua revisão agora no ano de 2021. Essa é uma primeira ponderação que faço para chamar a atenção sobre o que realmente nós que representamos, por exemplo, o movimento de moradias, neste Conselho, junto com as outras organizações, universidades, setores profissionais temos dito em outros momentos, em outras comunicações e faremos na segunda-feira quando lançarmos a frente em defesa à vida na Cidade de São Paulo. Na nossa leitura, a prioridade, nesse momento, é o combate a pandemia, inclusive não estamos sozinhos nisso, hoje o secretário municipal de saúde foi a CNN dizer que a prefeitura de São Paulo aguarda uma terceira onda de contaminação pelo COVID 19 e por isso a prefeitura encomendou fábricas de oxigênio, kits de intubação, ou seja, as pessoas vão continuar morrendo no transporte público, já que o setor empresarial não teve suas atividades suspensas, o setor da construção civil continua funcionando. De modo que a pandemia na Cidade de São Paulo é uma violência e o combate à pandemia deve ser prioridade da administração que é incompatível com a discussão de um tema com a complexidade que o plano diretor tem. É um tema que merece e a história tem dito isso. O senhor secretário mencionou o plano de 50 anos atrás. Qual é a diferença dos planos diretores atuais dos de cinquenta anos atrás? É que os planos diretores daquela época eram planos autoritários, tecnocráticos, que excluíram

a sociedade civil daquela época e que não precisam ser comemorados, mas sim superados pelo processo democrático com a ampla participação da sociedade. E para concluir a sua fala tem entendimento de que a prefeitura cometeu uma série de equívocos que podem ser corrigidos neste início do processo, constituiu um Comitê de gestão junto a Secretaria de Licenciamento e Urbanismo formado por, exclusivamente, setores empresariais, como disse isso é um retrocesso. E finaliza reforçando que na segunda-feira farão o lançamento da Carta. 39) A Conselheira Danielle Cavalcanti Klintowitz, com a palavra, novamente, inicia sua fala, após o restabelecimento de sua conexão, dizendo que foi até curioso o que aconteceu com a sua fala, anteriormente, que demonstra que uma pessoa que está num computador Macintosh de última geração, com a rede mais rápida da internet e não consegue falar em uma reunião e indaga então o que será da nossa população tentando participar, virtualmente. E prossegue dizendo, diretamente para o secretário, que talvez ele não tenha tido tempo de saber do pronunciamento do Secretário Municipal de Saúde, Edson Aparecido, cujo trecho ela lerá: “A pandemia continua assolando o país. O número de casos é crescente e as internações ainda estão em patamar alto. mesmo a população já vacinada precisa continuar seguindo as recomendações necessárias, não se aglomerar e usar máscaras. Isso é muito importante. É possível realmente que a gente no início do segundo semestre venha a enfrentar uma nova onda, uma terceira onda da pandemia devastadora. Portanto, a previsão trazida pelo secretário de que no segundo semestre poderemos fazer reuniões, aglomerações presenciais, parece não ser confirmada pelo próprio colega, especialista do secretário, o Sr. Edson Aparecido, Secretário Municipal de Saúde. E então ela traz alguns questionamentos para que fossem respondidos ainda nessa reunião para que continuemos esse diálogo. Se não for possível a participação presencial, o que a Prefeitura pensa em fazer? Afirma que não gostaria de ver citado de novo pelo secretário que no processo anterior 40% da participação veio do processo digital, porque isso não mostra, quando nos colocamos atrás das estatísticas não vemos quem fez essa participação, quem são esses 40% que fizeram e quem são as pessoas que presencialmente estavam lá. Gostaria de entender também o porquê o formulário da sociedade civil pergunta a quantos anos está constituída aquela entidade e quantos associados tem. Quer entender se entidades como a dela que tem 33 anos de existência tem palavra mais importante do que uma entidade criada a seis meses. Se o Secretário já

está negando no vídeo queria entender por que então isso é perguntado em um formulário. Entende que isso causa constrangimento às entidades, neste formulário de participação. Não entende ser regular com que as entidades tenham que se inscrever, colocar o seu estatuto no formulário para poder participar. E gostaria de entender qual a legislação a que se baseia isso, que faz com as entidades tenham que se candidatar e apresentar os seus estatutos para serem permitidas a participar? Um terceiro questionamento é sobre a fundação escolhida para realizar o diagnóstico que já foi contratado, publicada no DOC. Isso não foi comunicado hoje na reunião do CMPU, o que lhe causa estranheza, e gostaria de saber quais são os requisitos que essa fundação tem para dispensa da licitação, já que a própria instituição USP, onde tem essa fundação, tem outras inúmeras fundações com os mesmos requisitos para fazer o plano diretor. Acredita que esse Conselho por ser o Conselho determinado pelo plano diretor para acompanhar o processo de revisão deveria ser consultado sobre essa escolha da fundação ou no mínimo comunicados. Não foram sequer comunicados. E por último gostaria de entender como estão sendo colhidos os dados da sociedade civil, conforme comentado pelo Secretário, porque não ficou sabendo de nenhuma coleta de dados feita pela sociedade civil e junto com essa pergunta queria dizer que há um equívoco nas etapas, porque o processo de diagnóstico também tem que ser participativo. 40) A Conselheira titular, Daniela Ferrari Toscano, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - SINDUSCON-SP, se apresenta como Conselheira, representante da sociedade civil, e gostaria de colocar, como foi dito em algumas falas, que o debate dessa revisão do Plano Diretor Estratégico é essencial e tem formas de se adaptar ao momento que estamos vivenciando, atualmente. Temos visto a nossa sociedade se adaptar com criatividade, com participação popular, com processo democrático, com planejamento e organização que está sendo promovido pela secretaria de urbanismo nas propostas que foram feitas. E cabe destacar também que um dos grandes ganhos do último plano diretor foi a redução da vulnerabilidade social. É visível como aumentou e se desenvolveu a produção de habitação social na nossa cidade. Essa habitação social não promove só a redução de vulnerabilidade das famílias que estão adquirindo o seu primeiro imóvel. Mas também temos que lembrar que a construção civil é uma indústria que gera muito emprego e, neste momento, de falta de renda, essa geração de emprego também é benéfica para a nossa sociedade. Gostaria de lembrar que

a sociedade também está se mobilizando para outras formas de comunicação e debate democrático, como exemplo, cita o programa recente da Tv Band News, Cidade Viva, promovido pela jornalista Ana Paula Padrão e que ajuda a promover a comunicação e esse debate. Gostaria de destacar como pontos que tem certeza que nós todos juntos vamos poder propor, debater e ter oportunidade de contribuir, inclusive, nas audiências presenciais, que vão ter um quórum reduzido, mas é só aumentar a quantidade de audiências e aí todos terão a oportunidade de participar, colocar seu pensamento e contribuir para o plano. Finaliza, agradecendo ao secretário. **41)** A Conselheira titular, Mariana Ferraz Kastrup, da Associação de Bairros - Viva Pacaembu, cumprimenta a todos e diz que será breve. Prossegue dizendo que na última reunião fez questão de se posicionar que a Viva Pacaembu é favorável ao adiamento da discussão do PDE, por acreditar que nesta fase da pandemia as pessoas estão com a prioridade na sua sobrevivência física, emocional e econômica. Embora hoje não tenha sido levada à discussão a resolução do CMPU gostaria de pontuar que as Câmaras Técnicas como da CMPU, do CIMPDE e CTLU têm papel importante no diagnóstico da situação, muito embora sejam encomendados estudos externos. Assim sendo, acredita que essa parte dos estudos, do diagnóstico, os Conselheiros poderiam avançar, mesmo durante a pandemia, porque escolheram ser representantes deste Conselho e então têm responsabilidade em fazer as coisas caminharem. De modo que considera que poderia sim adiar, em razão da pandemia, a discussão para a sociedade civil, mas que esses conselhos já poderiam trabalhar no diagnóstico para que quando pudesse e fosse possível levar essa discussão para a sociedade civil, pois já teriam material preparado e com entendimento, o que serviria de base para aprofundar as contribuições e propostas. E finaliza dizendo que essa é a sua contribuição para o momento. **42)** O Convidado, Roque Pereira Moraes, após cumprimentar a todos diz considerar a importância da reunião de hoje, após vários adiamentos, e, embora, hoje alguns Conselheiros tragam a questão da COVID, hoje, evidentemente devemos nos focar no Plano Estratégico Diretor. Especialmente quando se trata da periferia, município e distritos onde é muito importante o desenvolvimento e sua transmutação. Ademais, quando se trata da reunião presencial nem todos vão. Hoje, o CMPU, com suas macrorregiões, consegue entender a necessidade da periferia. Evidentemente que atravessamos uma pandemia, não só nós, mas o mundo inteiro, mas não por esse motivo deve se encerrar essa revisão. Acredita

que do seu ponto de vista tem que ser dada continuidade ao processo do plano diretor, e parabeniza o Secretário por dar continuidade a esse processo do plano diretor, seja por meio do rádio, televisão, internet, de qualquer forma tem que chegar até lá, porque a nossa cidade e a nossa periferia precisam dessa atenção. Segundo ele, o desenvolvimento deveria ser do bairro para o centro e não o contrário, mas o plano diretor estratégico direciona o desenvolvimento da periferia para o bairro. E finaliza dizendo que essa é a melhor forma de dar continuidade ao processo do plano diretor, atuando e levando essa informação ou através da mídia social ou pelos próprios Conselheiros responsáveis por seus distritos e macrorregiões. E finaliza agradecendo ao Presidente. **43)** A Conselheira Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, com nova contribuição, agradece mais uma vez a oportunidade e pede licença para leitura de um texto: “O lançamento da frente São Paulo pela vida. A cidade de que precisamos em tempos de pandemia”. O texto de lançamento da frente que já conta com mais de 300 assinaturas, entidades e movimentos afirmam que a realização da revisão do Plano Diretor só pode ser feita quando a pandemia estiver plenamente controlada, pois sem participação social presencial e a mobilização nos territórios essa revisão privilegiará o setor imobiliário. Na segunda-feira dia 03, às 10:00 horas, de manhã, entidades e movimentos sociais realizarão uma entrevista coletiva virtual para marcar o lançamento da frente São Paulo pela vida. Essa frente pretende unificar a luta pelo adiamento da revisão do plano diretor na cidade de São Paulo e formular propostas para a construção democrática de uma agenda emergencial para a superação dos efeitos da pandemia.” E prossegue dizendo que a Sociedade Civil está montando essa frente e então queria deixar isso aqui consignado e informar que não estou aqui para rebater nenhuma fala, mas que concordo que depois do Plano Diretor teve sim um grande aumento na habitação embaixo dos viadutos, embaixo das pontes, os barracos nas ocupações aumentaram e os sem teto nas ruas aumentou e se isso é considerado habitação ficamos muito tristes e esperamos que tenha essa revisão do Plano Diretor com muita tranquilidade para que possamos falar, já que penso ser essa a proposta deste governo, qual seja, falar para sanar os problemas. E agradece o respeito que a sociedade civil teve nessa reunião, principalmente, pelos outros participante e que enquanto sociedade civil são voluntários e então têm o direito e falam o que pensam. E, finaliza agradecendo a oportunidade de falar, mais uma vez. **44)** O Presidente diz que apareceram outros pedidos, mas pede para que seja respeitada a organização que

fizemos e, apenas para concluir, acrescenta que durante as inscrições a Talita recebeu um texto da Simone Gatti, que teve algum problema e está sem microfone. 45) A Secretária Executiva passa então a leitura do texto da Conselheira Simone Gatti: “Caros, peço que leiam minha manifestação, por favor. Gostaria de apontar a importância do nosso plano diretor para a cidade. Há uma série de incoerências nesse processo de revisão como todos os atos sendo realizados à margem deste Conselho à constituição de um Comitê Consultivo composto apenas por membros de um setor da sociedade e um cadastramento que parece selecionar grupos sociais para a discussão. Por outro lado, também somos a favor do adiamento desse processo considerando a grave crise sanitária que estamos vivendo e a importância da Prefeitura centrar seus esforços nesses impactos, sem contar as dificuldades para participação dos mais vulneráveis podemos iniciar o debate, mas jamais deliberar nada nessa situação. Obrigada, Simone Gatti.” E ante a manifestação de muitos Conselheiros, via chat, os quais requisitam a gravação da reunião, a Secretária Executiva gostaria de lembrar que a reunião foi transmitida ao vivo e ela fica disponível no canal do YouTube, da Secretaria. Então está disponível para todos, a qualquer momento e, inclusive, passando ao vivo, agora. 46) O Conselheiro Eduardo Della Mana, em nova manifestação, destacou a sua preocupação com a falta de caráter deliberativo dessa e de futuras reuniões, pois existem dois itens que estavam na pauta e que precisam de uma deliberação. O item 3 precisa, minimamente, da validação desse Conselho. E conclui dizendo que acredita que se continuarmos nesse impasse da suposta falta de representatividade, deste Conselho, não conseguiremos dar respostas para questões absolutamente importantes e objetivas. 47) O Presidente diz que, indubitavelmente, precisamos avançar, mas acrescenta que os apontamentos realizados aqui nesta reunião dizem respeito a um problema já antigo que é necessário resolver. Não conseguimos resolver para essa reunião mas para a próxima, certamente, estará sanado esse ponto. E ratifica, mais uma vez, que nesta reunião não houve nenhuma deliberação. Trata-se, apenas de uma reunião, na qual foi apresentada a proposta de processo participativo de revisão do PDE, de modo que, então, não houve prejuízo algum, uma vez que as deliberações foram adiadas para a próxima reunião, se conseguirmos solucionar o problema da Sociedade Civil com relação a eleição dos Conselheiros, especificamente, daqueles oito Conselheiros. Acrescenta ainda que tudo o que foi colocado na presente reunião foi registrado, mas gostaria de fazer uma

consideração final, de modo que reforçou que todos que pediram a palavra na reunião para se manifestar tiveram a oportunidade de falar, ninguém ficou sem voz, todos falaram. Sobre a legalidade do processo de revisão do Plano Diretor estamos seguindo o que diz o artigo 4º, do Plano Diretor, que, infelizmente, para alguns e, felizmente, para outros, o legislador colocou que deverá ser encaminhado à Câmara Municipal uma proposta de lei para a revisão do Plano Diretor, no ano de 2021. O artigo determina que a Prefeitura deve fazer esse processo. Vale lembrar que para que ocorra o adiamento da revisão do Plano Diretor, o parágrafo único do artigo 4º da Lei n.º 16050/14 deverá ser alterado, cujo pedido de modificação passará, por um processo participativo, evidentemente, que de menor densidade, mas o processo é participativo, com a realização de audiências públicas, também, e então ele fica muito tranquilo quanto à legalidade do referido artigo. Muito embora acredite que a preocupação dos Conselheiros são importantes e louváveis, com relação a legalidade da proposta da Prefeitura, neste processo participativo, o qual acontecerá durante o ano todo, não há o que se questionar, sendo que, neste primeiro momento apenas foi apresentada uma agenda e com eventuais reuniões futuras em um modelo híbrido. Por falar em modelo híbrido reforço aqui que a Prefeitura de São Paulo respeitará todos os protocolos sanitários exigidos em decorrência da pandemia, e se por algum momento, algum protocolo sanitário disser que deveremos parar o processo de revisão, evidentemente, que a vida é mais importante e nós iremos acatar a determinação da segurança sanitária e vamos cumpri-la, sem nenhum questionamento. Com relação, ainda, quanto aos efeitos da Pandemia, obviamente, que é de suma importância o combate aos seus efeitos imediatos, tanto que a Prefeitura a mais de um ano vem se dedicando ao combate a esses efeitos, como pode ser visto através de suas ações sociais. Já foram mais de 2,9 bilhões de reais investidos em ações sociais para diminuir os efeitos da pandemia e nesse investimento nós temos alimentação. Já foram mais de 2 milhões e 600 mil cestas básicas, mais de 2 milhões e 600 mil marmitas. Os aluguéis sociais foram suspensos. Houve distribuição de kits de higiene, limpeza e instalação de torneiras de pias com torneiras ao longo da cidade, tal como foram, ainda, disponibilizados novos leitos. Enfim, há um amplo leque de ações que a Prefeitura tem feito através de ações, de remédios imediatos. Importante observar, contudo, que a Prefeitura é dividida por pastas e cada uma tem uma atribuição e, hoje, é dada para esta Secretaria a responsabilidade de planejar a

cidade, a médio prazo e isso é também uma forma de combater a pandemia e evitar efeitos mais graves dessa e de futuras pandemias que é o que estamos nos propondo fazer aqui, ou seja, preparar a Cidade para os próximos anos, tentar ajustar o que for possível para que daqui até 2029, onde passaremos por um momento semelhante a este, de construção de um novo Plano Diretor consigamos ter uma cidade resiliente e muito mais segura, uma vez que a Pandemia traz uma série de novos fatores que não imaginávamos que existia. Com relação ao questionamento sobre o chamamento público não há seleção alguma de entidades, todas as entidades terão o mesmo peso, a mesma voz, a mesma importância, e mais, terá, inclusive, a mesma importância que os munícipes. E complementa dizendo que a única coisa que a Prefeitura está fazendo é pedir que haja um cadastramento para que consigamos conhecer quem estará participando e organizar as discussões para que sejam produtivas e consigamos ter diagnósticos, de uma eventual proposta, se for o caso, de revisão do Plano Diretor, no segundo semestre. Isso não é uma coisa que está sendo feita apenas por São Paulo. O Rio de Janeiro também está fazendo algo semelhante com o chamamento público para que as entidades se cadastrem, com a diferença de que lá há uma seleção, enquanto aqui não, aqui apenas estamos pedindo para que haja identificação a fim de que consigamos organizar a agenda de discussão. E diz que quanto a contratação da FDTE explicou que quando ele referiu-se a contratação de um diagnóstico técnico, era justamente a contratação da FDTE, que é uma fundação, derivada, auxiliar da USP, que presta esse tipo de serviço relativo a estudos técnicos, cuja contratação se deu com base em toda a legalidade, o que assegura a todos. Há um compromisso da gestão Bruno Covas com base na legalidade e a contratação se deu com base em toda a legalidade, nos termos do artigo 24, XIII, da Lei nº 8666/93 que permite a contratação por dispensa de licitação de fundações sem fins lucrativos com características e conhecimento técnico para determinados tipos de assuntos, como é o referido caso. Vale frisar mais uma vez que o modelo participativo será respeitado do início ao fim, inclusive, com relação ao início do período de elaboração de um diagnóstico, extrato, o qual consiste em justamente passar por esse cadastramento das entidades para que em maio a Prefeitura comece a conversar com a sociedade e com essas entidades cadastradas, de modo que já no primeiro semestre consigamos construir um estudo, um relatório, um extrato, daquilo que foi o desempenho do Plano Diretor dos últimos anos para que, se necessário e possível, no segundo semestre a gente construa uma proposta

que possa ser submetida à Câmara Municipal. É incontestável a importância da CMPU nessa discussão, que é enorme, sendo este o único Conselho com atribuição legal de monitorar a revisão do Plano Diretor o que será feito, por isso estamos aqui e quando necessário, possível e preciso for estaremos atuando. Toda vez que houver alguma sugestão, seja no processo, na forma ou no conteúdo dos estudos, essas proposições serão recebidas, registradas e devidamente respondidas, também. Não há nenhum outro Comitê ou Conselho que possa existir, seja na Prefeitura de São Paulo ou fora, além do CMPU, que possa fazer esse monitoramento. E finaliza dizendo agradecer a todos os Conselheiros e Conselheiras por esses minutos que estivemos juntos, por essa tarde. Acredita que esses debates fazem parte da discussão do processo participativo, de modo a demonstrar que o processo é amplo e democrático. Isso mostra que a democracia foi fortalecida até mesmo com o apontamento dos Conselheiros quando necessária a não deliberação de qualquer assunto e ele será também participativo, de modo a garantir que toda a sociedade da Cidade de São Paulo, todo o paulistano participe dessa revisão. Esse é o compromisso da gestão do prefeito Bruno Covas. **48)** A Conselheira Viviane Manzione Rubio pede licença para registrar uma fala na reunião, porque no chat não vai ficar registrado que o então diz que o segmento da academia representado por ela pede o adiamento da revisão do plano. Outra questão é que gostaria de colocar na pauta da próxima reunião a discussão do cronograma de revisão que já pela tentativa de sucessivas apresentações a data já se apresenta defasada, porque ali a data de início é de janeiro e então gostaria de colocar para próxima pauta a discussão desse cronograma já que as ações mais efetivas vão acontecer a partir do próximo semestre, bem como que houvesse essa revisão do cronograma. **49)** O Presidente esclareceu que todo o cronograma está previsto na Resolução que iríamos colocar em debate nesta reunião, mas que ficou para a próxima e então, tentando finalizar, a sessão agradece mais uma vez a participação de todos, reforçando que todos falaram, todos tiveram tempo hábil para se manifestar, o que foi plenamente deferido. E, conclui, que tudo o que foi falado aqui está registrado, gravado, disponível a todos os Conselheiros e registrado em ata. **Encerramento:** O Presidente, agradecendo a contribuição e participação afirmou esperar a presença de todos, na nossa próxima reunião, desejando um grande abraço e um bom fim de semana a todos e encerra a reunião às 16h29min.

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

SOCIEDADE CIVIL:

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO
(1) - (ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO (CIGABC)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DE SÃO
PAULO (CONISUD)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI
(CIMBAJU)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO
PAULO (CIOESTE)

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ
(CONDEMAT)

CONVIDADOS

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MACRORREGIÃO:

MACRORREGIÃO NORTE 1

MACRORREGIÃO NORTE 2

MACRORREGIÃO LESTE 1

MACRORREGIÃO LESTE 2

MACRORREGIÃO SUL 2

PRESIDÊNCIA

CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO
PRESIDENTE

JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ
PRESIDENTE SUPLENTE

ROBERTO AUGUSTO BAVIERA
PRESIDENTE SUPLENTE
APOIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ÓRGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANI
TITULAR

PEDRO JOSÉ BOTANI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

MARIA TEREZA GOMES DA SILVA

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMG (1)

VIVIAN SATIRO DE OLIVEIRA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMG (2)

TARCILA PERES
TITULAR

MARC BUJNICKI ZABLITH
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA - SMJ

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE
TITULAR

MARIA LÚCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SF

GUILHERME BUENO DE CAMARGO

TITULAR

RENATA DE ANDRADE LEAL
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

ANA CAROLINA NUNES LAFEMINA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

ANA CLAUDIA CARLETTO
TITULAR

JULIANA FELICIDADE ARMEDE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO - SEHAB

ELISABETE FRANÇA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES - SMT

PATRICIA SILVA DE ARAUJO SANTOS
TITULAR

MICHELE PEREA CAVINATO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB

MARCOS MONTEIRO
TITULAR

ROSÂNGELA VERÍSSIMO DA COSTA SARTORELLI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA

EDUARDO DE CASTRO
TITULAR

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

INGRID SOARES SANTOS
TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO -
SMDET**

ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

PAOLA RIVATTO DA SILVA
TITULAR

SÃO PAULO URBANISMO - SP-URBANISMO

LARISSA GARCIA CAMPAGNER
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS
TITULAR

SYLVIA AMMAR FORATO
SUPLENTE

SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO

MACRORREGIÃO NORTE 1

DARIO JOSÉ BARRETO

TITULAR

FERNANDO MARTINS SALLES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO NORTE 2

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

MACRORREGIÃO OESTE

CAIO VINICIUS DE MOURA LUZ
TITULAR

LEONARDO SAMPAIO PANGARDI
SUPLENTE

MACRORREGIÃO CENTRO

MARCELO VIEIRA SALLES
TITULAR

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 1

JOSÉ RUBENS DOMINGUES FILHO
TITULAR
MACRORREGIÃO LESTE 2

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR

ADINILSON JOSÉ DE ALMEIDA
TITULAR

RODRIGO BAGNATORI RIBEIRO
SUPLENTE

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTOS DE MORADIA (1)

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
TITULAR

MOVIMENTOS DE MORADIA (2)

JULIETA APARECIDA TOLENTINO DE ABRAÃO
TITULAR

MOVIMENTOS DE MORADIA (3)

OSMAR SILVA BORGES
SUPLENTE
MOVIMENTOS DE MORADIA (4)

VANI POLETTI
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (1)

MARIANA FERRAZ KASTRUP
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (2)

ANTÔNIO JOSÉ BRAZ
SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 3

ROBERTO ROLNIK CARDOSO
TITULAR

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (1)

MARCIO JEHA CHÉDE
TITULAR

JULIANA BRAGA PAVIATO
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (2)

DANIELA FERRARI TOSCANO DE BRITTO
TITULAR

SERGIO GARRIDO CINCURA
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL (3)

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL (4)

EDUARDO DELLA MANNA
SUPLENTE

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONG'S

DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ
TITULAR

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-
AMBIENTAL**

SIMONE FERREIRA GATTI
TITULAR

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL**

VIVIANE MANZIONE RUBIO
TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS, COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CLARICE REITER MENEZES DEGANI
TITULAR

ELOISE TORRES AMADO
SUPLENTE

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - CADES**

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

SANDRA RAMALHOSO
TITULAR
ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO

MARIA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA
SUPLENTE

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO
(2)
(ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE)**

MARCIA RENATA ITANI
SUPLENTE

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES
TITULAR

MARISTELA APARECIDA HESPANHOL
SUPLENTE

CONVIDADOS

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MACRORREGIÃO

MACRORREGIÃO OESTE

MAURÍCIO RAMOS DE OLIVEIRA
SUPLENTE

MACRORREGIÃO CENTRO

GABRIEL ROSTEY GONÇALVES
TITULAR

ALBERTO MILANI JUNIOR
SUPLENTE

MACRORREGIÃO SUL 1

ROQUE PEREIRA MORAIS
TITULAR